

EDITORIAL

Este número de Estudos Bíblicos surge justamente num período muito significativo para a nossa história contemporânea.

De um lado, o Brasil está vivendo o primeiro ano de um governo inédito em sua história, isto é, pela primeira vez um operário, alguém surgido da base social, obtém pelo voto livre e democrático a possibilidade de exercer o poder. Em sua pessoa confluíram diversos tipos de esperança, inclusive de caráter messiânico. Do outro lado, assistimos atônitos o uso oportunista e ideológico de Deus e da religião para defender o ataque americano ao Iraque em março/abril deste ano. Tanto George W. Bush como Saddam Hussein apelaram para Deus para justificar a guerra de ataque e defesa ocorrida nas terras, já tão banhadas de sangue, do Oriente Médio.

Como bem constatou o famoso escritor indiano, autor do polêmico livro Versos satânicos, Salman Rushdie: “O hábito de invocar a autoridade divina para legitimar preconceitos, perseguições e atrocidades é muito antigo, mas ressurgiu com força nos últimos tempos” (Veja, 14/05/2003, p. 14). O mesmo escritor lamenta o fato de a religião voltar a interferir na vida pública, no exercício do poder político, como se vê até num país democrático como os Estados Unidos.

A intenção do grupo de biblistas “mineiros”, que redige este número, foi justamente trazer luz para a questão da visão bíblica do poder e a forma de atuação deste na vida do Povo de Deus.

Pode-se entender poder, em sentido geral, como “a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Tanto pode ser referida a indivíduos e a grupos humanos como a objetos ou a fenômenos naturais [...]. Se o entendermos em sentido especificamente social [...] o Poder torna-se mais preciso, e seu espaço conceptual pode ir desde a capacidade geral de agir, até à capacidade do homem em determinar o comportamento do homem: Poder do homem sobre o homem. O homem é não só o sujeito mas também o objeto do Poder social” (STOPPINO, M. Poder. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de Política. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1986, p. 933). Portanto, o poder não é uma espécie de objeto que alguém pode ter ou não, mas algo existente numa relação. Para que ele seja exercido é necessário que a outra parte consinta-o ou tolere-o. Praticamente, não existe relação social na qual o poder não se faça presente.

Como as ciências sociais têm demonstrado, não existe campo onde o papel do poder se faça mais crucial que o da política. É, justamente, nessa perspectiva que se inscrevem as abordagens bíblicas presentes neste número de Estudos Bíblicos.

Do ponto de vista político, sobressai a visão do poder como proveniente de Deus, especialmente no Antigo Testamento. A nação hebraica seria uma teocracia: o pai, o chefe de clã, o sacerdote, o profeta ou o rei, todos derivam o seu poder de Deus, mas a responsabilidade pelo uso desse poder recai sobre a pessoa que o exerce. Portanto, a idéia de um poder político secular é desconhecida pelos escritores bíblicos.

Mas, ao concentrar a fonte de todo poder em Deus, a Bíblia opera, contemporaneamente, uma relativização de todo tipo de poder exercido pelos seres humanos. Dessa forma, pode-se dizer que nenhum tipo de absolutismo encontra guarida na Bíblia. O verdadeiro soberano e fonte de todo poder é Deus.

O colega Balancin irá propor no primeiro artigo, onde analisa a fábula de Joatão (Jz 9,8-15), como as “sofisticadas elaborações que justificam instituições que exercem poder, sejam elas políticas, econômicas, sociais e religiosas [...] estão sob a perene e crítica vigilância de uma simples historieta do tempo em que as árvores falavam.” Com essa análise, ele conclui que a Bíblia alerta-nos para o fato de que a “fraternidade não vem pronta [...] é um ato de criação, um contrapoder.” Portanto, “se os poderes aí estão a fazer parte do relacionamento humano, é como miséria, como ‘sombra’ do espinheiro e não como grandeza e honra.”

No olho do furacão estão hoje as teorias sobre o surgimento da monarquia em Israel. No segundo artigo desta revista, o professor Airton J. da Silva irá propor-nos as grandes questões que hoje ocupam o centro do debate sobre o nascimento e morte da monarquia israelita. Ele apresenta, com competência, o status quaestionis das pesquisas a esse respeito. O que não é pouco, pois, ao público brasileiro, é um tanto difícil acompanhar esse colóquio sempre mais intenso e cheio de surpresas. Como bem observa Airton, citando o estudioso Philip R. Davies, a maioria dos estudiosos, “embora sabendo que a estória de Israel do Gênesis a Juizes não deve ser tratada como história, prossegue, não obstante, com o resto da estória bíblica, de Saul ou Davi em diante, na pressuposição de que, a partir deste ponto, o obviamente literário tornou-se o obviamente histórico”. Por isso, uma tendência que começa a ser sempre mais seguida é, na construção da história de Israel, “dar prioridade aos dados primários [levantados pela historiografia geral e a arqueologia a respeito da época em questão], mas fazendo uso do texto bíblico como fonte secundária usada com cautela” – constata o britânico Lester L. Grabbe, citado por Airton. Analisando essas fontes primárias e outras, têm-se um quadro nada completo e acabado do surgimento da monarquia em Israel: “região rural... nenhum documento escrito... nenhum sinal de uma estrutura cultural necessária em uma monarquia... do ponto de vista demográfico, de Jerusalém para o norte, povoamento mais denso; de Jerusalém para o sul, mais escasso...”. Sabe-se que Davi e Salomão devem ter existido, porém não foram artífices de todo aquele esplendor narrado pela Bíblia, o qual se inspira mais na Jerusalém do século VII a.C., quando a teologia deuteronomista exalta a atividade do rei Josias, o qual passa a figurar como “o novo Davi e Iahweh cumprira suas promessas”, percebe Airton, citando os pesquisadores I. Finkelstein e N. Silberman. O artigo de Airton deixa entrever que há muito ainda por se descobrir desse período.

O biblista Jaldemir Vitório enfoca a crítica profética feita à monarquia. Aliás, diga-se de passagem, o profetismo mais combatente é, justamente, do período monárquico. Profetas e monarquia quase não se separam. Vitório toma o profeta Jeremias como objeto de sua abordagem, pois o mesmo exerceu o seu ministério profético durante cinco reinados e o governadorado de Godolias, após a queda de Jerusalém em 587 a.C. Os oráculos contidos em Jr 21,1–23,8 é que serão analisados detalhadamente por Vitório. Neles, como observa Vitório, Jeremias demonstra como “fé e política podem caminhar pari passu, sem dualismo, nem oposição”. A crítica de Jeremias é uma crítica teológica à política de sua época; por isso, o artigo se propõe, justamente, a levantar esses elementos. A ética bíblico-profética ampara-se sobre o quadrinômio: misericórdia, direito, justiça e fidelidade. A partir desses princípios inegociáveis o

profetismo irá julgar o desempenho do poder. Próprio da teologia de Israel, é a concepção de que o rei deve estar a serviço do projeto de Javé, portanto, constata Vitório, trata-se de um “direito de origem divina, sobre o qual nenhum ser humano tem ascendência”. Nota ainda Vitório que em Israel o rei não tem poder legislativo, ele não faz leis. Antes de tudo, o profetismo nos oferece uma espiritualidade, uma mística capaz de sustentar-nos na atuação como cidadãos de um mundo sempre mais injusto e perverso. Vitório elenca oito aspectos fundamentais dessa espiritualidade militante: a) fé em Deus, cujo projeto de vida para a humanidade passa pela prática da misericórdia, do direito, da justiça e da fidelidade; b) fazer uma leitura da história percebendo suas contradições com o querer divino; c) descobrir as raízes das contradições e identificar as causas da maldade e da injustiça cometidas contra os pobres, os fracos e os indefesos; d) coragem para desmascarar os agentes da injustiça e da opressão, sendo assim o lugar-tenente de Deus para implantar seu projeto na história; e) direito e justiça são temas imprescindíveis; f) recusa em fazer mau uso das tradições teológicas, para não criar falsas expectativas e ilusões; g) consciência do destino de uma sociedade alicerçada na injustiça, cujo fim não se deve temer de anunciar; h) o olhar profético não se imobiliza com as contradições do presente, antes projeta-se para o futuro, como tempo de esperança.

Numa análise do poder na perspectiva bíblica, não poderia faltar uma abordagem de gênero, ou seja, a visão da mulher. Leyde Maria M. Leite e Zuleica A. Silvano nos auxiliam nessa tarefa. Lendo nas entrelinhas e realizando uma leitura crítica de alguns textos bíblicos, especialmente aqueles da historiografia deuteronomista (Samuel e Reis, sobretudo), elas irão constatar uma quantidade de citações onde a mulher é a protagonista. São “narrativas... expressões da anticultura”, no dizer das autoras, “que desafiam as estruturas dominantes”. Analisando os textos bíblicos, elas constatam que o poder das mulheres na monarquia israelita está presente justamente no “cuidado de uns para com os outros”, na “comunhão”, na “cooperação, tendo como único objetivo o bem comunitário”. Aparece também a figura da mulher pervertida pelo poder e distante da aliança com Deus, tema precioso à historiografia deuteronomista. As mulheres aparecem, nas entrelinhas dessa obra historiográfica, como aquelas que “desfraldam com ousadia o seu ser vulnerável, segredo do seu poder e de sua sabedoria, que trilham as veredas da esperança e carregam nas suas entranhas a certeza de uma humanidade orquestrada pelo Deus da Vida”.

Colocando um pé no Segundo Testamento, Jacir de Freitas Faria analisa em seu artigo o Império Romano e o modo como a sua opressão acabou por gerar uma esperança messiânica capaz de alimentar a resistência e a fé do povo de Deus. Apesar de o Messias ser apresentado como um descendente da casa de Davi, ele se configura como um antipoder terreno, o qual é incapaz de dar cumprimento à aliança com Deus. Jacir passa em revista os principais grupos religioso-políticos da Palestina do primeiro e segundo séculos da era cristã, analisando em cada um deles o seu projeto e messianismo. Como observa Jacir, “o sentimento nacionalista do povo judeu e a reconquista da terra prometida funcionaram como gasolina na condução da maioria dos movimentos messiânicos”. Alguns desses movimentos, no princípio, tiveram um caráter mais social, adquirindo com o tempo uma conotação messiânica. A maioria deles tinha uma atuação à margem do espaço sagrado do templo, sendo portanto alternativos e resistentes ao pensamento e poder oficial judaico e romano. A fé num rei-messias continuou viva mesmo sob outras formas, como podemos constatar mesmo hoje.

Nenhum outro personagem do Segundo Testamento foi tão controvertido e provocou tantas discussões e posicionamentos quanto Paulo. Para muitos, “ele fazia parte da elite social e intelectual, era grande orador, terrivelmente machista, defensor da submissão às autoridades civis e teólogo do poder político”, comenta José Luiz Gonzaga do Prado no início de seu artigo sobre Paulo e seu posicionamento diante do poder. Contudo, a intenção de José Luiz é justamente sacudir essas certezas, “especialmente no que se refere à posição política de Paulo”. Para tanto, ele define, desde o princípio, suas fontes e metodologia: não tomará Atos dos Apóstolos como referência, mas os próprios escritos paulinos, cotejando-os com a obra atribuída a Lucas. José Luiz mostra, através dos escritos de Paulo, como este vai se confrontando com os detentores do poder político, ideológico e econômico por todos os lugares por onde passa: em Tessalônica ele anuncia a esperança dos pobres contra as promessas de “Paz e segurança” feitas pelo Império Romano; em Corinto a diferença entre “fracos” e “fortes” era muito grande. Paulo se bate contra os diversos grupos de interesse criados ao redor dos missionários que atuaram em Corinto. É o famoso clientelismo, fruto da desigualdade social. Indo contra a corrente, o apóstolo irá anunciar Cristo sem usar os critérios e a ideologia do Império Romano. Jesus é o pobre galileu crucificado. Paulo combate, inclusive, as diferenças que se fazem durante a ceia eucarística. Em Éfeso, Paulo sofreu, provavelmente na prisão, por mando das autoridades locais. Da prisão escreve aos filipenses, e certamente a sua pregação incomodou Nero, que acabara de assumir o poder em Roma. Aos gálatas, Paulo defende de forma magistral a liberdade. Na parte final de seu artigo, José Luiz encara a discutida perícopa de Rm 13,1-7. Paulo faz ou não uma teologia do Estado ou do poder público com valor absoluto, como pensam alguns exegetas? Contextualizando melhor o referido texto, José Luiz procurará trazer um pouco mais de clareza sobre esse assunto.

Fechando este número da revista, Johan Konings aborda o Apocalipse, e mais especificamente o versículo 6 do capítulo 19, onde se fala da vitória do Cordeiro e do convite às núpcias. Esse versículo integra o quinto e último hino a Deus e ao Cordeiro, declarando que “o Senhor, nosso Deus, o Todo-poderoso, passou a reinar”. A questão proposta por Konings é: “qual, e de que natureza, é o ‘reino’ de Deus e do Cordeiro evocado nestes hinos? Quando é que ele se realiza?” Como salienta Konings, o sentido é que “o governo de Deus agora está neste mundo: é a participação do Reino em que Cristo agora está entronizado gloriosamente. Mas este reino não pertence ao mundo. Pertence a Deus e ao Cordeiro”.

Como pode ser observado, os artigos deste número de Estudos Bíblicos formam uma moldura: o primeiro artigo, de Balancin, sublinha a miséria do poder exercido pelos homens neste mundo, mostra como a Bíblia é crítica em relação a esse poder. O artigo final, aquele de Konings, destaca, justamente, a transcendência que o Reino de Deus possui em relação a este mundo. O poder de Deus escapa ao controle humano e não repousa sobre esse ou aquele indivíduo, grupo ou instituição, mas ultrapassa qualquer tentativa de utilitarismo por parte de quem quer que seja.

Desta forma, o poder divino jamais poderá ser utilizado para justificar a noção weberiana de poder: “a possibilidade de alguém [ou um grupo] impor a sua vontade sobre o comportamento de outras pessoas” (citado por: GALBRAITH, J. K. Anatomia do Poder. São Paulo: Pioneira, 1984, p. 2). O poder de Deus é redentor, libertador, jamais opressor ou despótico!

Telmo José Amaral de Figueiredo